



Estratégias de Institucionalização do Desenvolvimento: o caso da Aliança para o Progresso no  
Brasil

MELISSA DE MIRANDA NATIVIDADE<sup>1</sup>

O conceito de Estado Ampliado ou Integral de Gramsci nos permite verificar a estreita relação existente entre as formas de organização singulares, e principalmente coletivas (sociedade civil), e as instituições que compõem o Estado restrito (sociedade política). Torna-se, então, essencial, no pensamento gramsciano, a figura do intelectual como “efetivo organizador das vontades e da ação coletiva” (MENDONÇA, 2014, p.35), que promoverá a inscrição do projeto da fração de classe hegemônica – ou em vias de assim se tornar - na sociedade política. Além disso organiza a construção do “consenso das grandes massas pouco organizadas”, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes. Essa capacidade organizativa dos intelectuais está materializada nos aparelhos privados de hegemonia, que buscam a construção do consenso.

Mendonça (2014) chama atenção para o fato de que o conceito de Estado Ampliado do marxista sardo além de inovar teoricamente o marxismo do século XX, constitui-se em uma “ferramenta metodológica contendo em si mesmo um ‘roteiro’ de pesquisa” (*Idem*, p.27). A partir, então, dos nossos estudos sobre políticas públicas emanadas do governo brasileiro, na órbita do programa de auxílio técnico e financeiro da Aliança para o Progresso, acreditamos conseguir demonstrar como as análises de Gramsci sobre o estado capitalista, podem ser não apenas a nossa base teórica, mas também uma ferramenta metodológica:

*posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise da constituição/transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a **Totalidade** (*Idem*, p.38).*

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista CAPES.

A Aliança para o Progresso foi um programa de cooperação financeira e técnica estadunidense a países da América Latina, lançado no início do governo de John F. Kennedy, em agosto de 1961. O principal objetivo largamente difundido pelos estrategistas do programa era o de “desenvolvimento” dos países latino-americanos. O desenvolvimento pregado era uma referência ao seu significado como motor do crescimento econômico, ou seja, como “combustível para a imposição do modelo urbano-industrial e, posteriormente, para o agronegócio nos chamados países do Terceiro Mundo” (SILVA, 2016, p.171). Nesse trabalho consideramos que o conceito de desenvolvimento, forjado no pós Segunda Guerra, em muito contribuiu para a expansão internacional do capitalismo sob a hegemonia estadunidense.

Escobar (2007) analisa como as noções de “Terceiro Mundo” e “desenvolvimento” foram forjadas no pós-segunda guerra, por teóricos e políticos estadunidenses e também europeus. O discurso em prol do desenvolvimento dos países mais pobres<sup>2</sup> se converteu em “verdade universal”, sendo o Terceiro Mundo comparado a uma criança que precisava ser guiada. Traduzindo esta metáfora restava a necessidade imperiosa dos países centrais do Ocidente “auxiliarem” o crescimento econômico dos países mais pobres. Segundo esse discurso, o planejamento seria o instrumento fundamental para que países do Terceiro Mundo obtivessem êxito em seu crescimento econômico.

Ainda segundo Escobar as lutas anticoloniais na África e na Ásia e o crescente nacionalismo latino-americano, deram forma ao discurso do desenvolvimento. Além disso, destaca outros fatores como a Guerra Fria, a necessidade de novos mercados, o temor ao comunismo e a “fé na ciência e na tecnologia” (ESCOBAR, 2007, p.65). Dentre os fatores citados, o autor aponta que a Guerra Fria foi um dos mais importantes fatores para a conformação da estratégia do desenvolvimento. “O temor anticomunista se converteu em um dos argumentos obrigatórios nas discussões sobre o desenvolvimento” (*Idem*, p. 70).

Nesse contexto, colocava-se na ordem do dia, para os grupos econômicos estadunidenses, a necessidade de promover o desenvolvimento dos países latino-americanos, significando, principalmente, estimular sua industrialização e “modernização”, seja com a utilização de investimento de capitais privados, bem como públicos.

---

<sup>2</sup> O Banco Mundial estabeleceu, em 1948, que os países com renda per capita inferior a US\$100 eram pobres. Dessa maneira, quase que por decreto, quase dois terços da população mundial foi considerada pobre, e a solução não poderia ser outra se não o crescimento econômico, ditado pelos critérios dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental (ESCOBAR, 2007, p.51).

A “teoria da modernização” foi a alavanca ideológica da elaboração da política da Aliança para o Progresso. Um de seus principais formuladores, Walt Rostow, participou do grupo de trabalho sobre política econômica externa, criado por John F. Kennedy (1961-1963) antes mesmo de sua posse e, posteriormente, foi conselheiro e presidente do *Policy Planning Council* (Conselho de Planejamento) do Departamento de Estado norte-americano. O cientista político Ricardo Alaggio Ribeiro avalia:

*Cientistas sociais americanos, baseando-se na teoria econômica, e nos avanços da teoria social e da psicologia comportamental, criaram a área de estudos conhecida como “teoria da modernização”, dentro da qual desenvolveram-se abordagens que dividiam entre si, um conjunto de pressupostos e premissas. Uma delas, a que deu o nome à escola, era a que acreditava, de forma não-problemática, que o Terceiro Mundo iria experimentar a mesma sequência de crescimento econômico, estabilidade social e democratização, pela qual haviam passado as sociedades do ocidente industrializado, tornando-se, por sua vez, modernas. O fato é que no final dos anos 50 e no começo dos anos 60, essa teoria pontificou sobre a ciência social americana. Seus principais pensadores chegaram aos mais altos degraus da profissão e aos cobiçados cargos dentro da burocracia estatal (RIBEIRO, 2006, p.54).*

O discurso decorrente da teoria da modernização pregava uma união do “mundo livre”, com o objetivo de unir forças para proporcionar o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Os teóricos da modernização ressignificaram a noção de capitalismo como “mundo livre” e encorajaram expansão de capitais como “desenvolvimento econômico”, ou seja, o real intento era a expansão econômica capitalista liderada pelos Estados Unidos a partir da matriz do “modo de vida” americano. A teoria da modernização aqui analisada principalmente a partir das teses rostowianas, expressava ter por meta promover o crescimento econômico mundial. Em outras palavras, criar condições para a expansão do capital na América Latina e em países recém independentes, principalmente.

Partimos de um objeto que se constitui em um programa de ação capitaneado pela maior potência capitalista da região, direcionado aos países do hemisfério americano, tendo como objetivo principal acelerar “o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes” (CARTA DE PUNTA DEL ESTE, 1961). Entendemos o programa da Aliança para o Progresso como um dos principais instrumentos de disseminação de uma ideologia da modernização, ou seja, um dos principais meios utilizados para a modernização do capitalismo nos países da América Latina. O presente trabalho ancora-se nos estudos de Antonio Gramsci para interpretar como o referido programa estadunidense agiu, no Brasil, no sentido de adequar as estruturas agrárias à dinâmica do capitalismo avançado.

O *staff* responsável pela operacionalização do programa de cooperação estadunidense no Brasil era composto por vários intelectuais orgânicos ligados a setores do patronato rural inseridos na sociedade política – portanto, com o papel de garantir os interesses de frações da classe dominante agrária/agroindustrial no âmbito do estado restrito

A Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP), criada em 1962, foi o órgão da sociedade política responsável por centralizar todos os projetos do programa, teve como coordenador José Luiz Bulhões Pedreira. Um tradicional jurista do Rio de Janeiro, membro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), participante da diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), consultor jurídico de vários ministérios, foi da APEC<sup>3</sup> e da CONSULTEC<sup>4</sup>, além de ter participado da redação da lei do FGTS (Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966), da Lei da Greve, da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH, Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964), da liberação da remessa de lucros, do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964), da criação do Banco Central (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964).<sup>5</sup>

Também foram membros iniciais da COCAP: João Batista Pinheiro<sup>6</sup>, Cibilis Vianna<sup>7</sup>, Luiz Simões Lopes<sup>8</sup> e Heitor Grilo, este último responsável pelo setor de agricultura da COCAP. Agrônomo e veterinário, Grilo esteve no Ministério da Agricultura nos anos 1930 e

---

<sup>3</sup> “Análise e Perspectiva Econômica (APEC) foi uma fonte de publicações importantes relativas à economia, empresas públicas e ao papel do capital privado no desenvolvimento do país, disseminava seus pontos de vista entre empresários, configurando a posição ideológica destes”. Foi constituída sob a direção e participação de Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões, José Luiz Bulhões Pedreira, entre outros (DREIFUSS, 1981, p.89).

<sup>4</sup> “A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC), também conhecida como Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos, era, incontestavelmente, o mais importante e bem-sucedido escritório técnico, e um anel burocrático-empresarial em si mesma ... As atividades da CONSULTEC se estendiam da consultoria dada a pedidos de empréstimos feitos ao BNDE por companhias multinacionais até a redação de discursos públicos, da preparação de projetos de lei, decretos e regulamentos até a obtenção de acordos comerciais” (DREIFUSS, 1981, p.86).

<sup>5</sup> Fontes: DREIFUSS, 1981; GATTO, FARO e ALMEIDA, 2009; <http://www.bpbc.com.br/rsfa/fundadores/?idioma=pt>, acesso em 04/11/16.

<sup>6</sup> Diplomata; foi um dos principais negociadores do Plano de Metas do governo Kubitschek, em 1957 foi nomeado diretor-superintendente do BNDE, então presidido por Roberto Campos; participou de diversas missões junto à OEA (DHBB, CPDOC).

<sup>7</sup> “Um dos fundadores do PDT, foi assessor político e chefe de gabinete dos governos estaduais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul de Leonel Brizola, foi um dos integrantes da Campanha da Legalidade em 1961” (GONÇALVES, 2016, p.203).

<sup>8</sup> Luiz Simões Lopes foi idealizador e presidente da FGV de 1944 a 1993; era membro do Escritório Técnico de Agricultura (ETA) e do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP); presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) de 1962 a 1979 e membro do Conselho Superior da SNA de 1959 a 1993. Consideramos Simões Lopes como um dos principais exemplos de inter-relação entre sociedade civil e sociedade política.

1940 (Escola Nacional de Agronomia e Escola Nacional de Veterinária), foi terceiro presidente da SNA entre 1963 e 1971 e também membro do Conselho Superior da entidade entre 1959 a 1975 (MENDONÇA, 2016, p.194 e MENDONÇA, 2010, p.251). Sua presença à frente do setor de agricultura da COCAP demonstra a inserção de um importante intelectual orgânico da SNA junto ao órgão do estado restrito responsável pela centralização dos acordos relacionados à agricultura firmados com os Estados Unidos.

Após o golpe empresarial-militar de 1964, com Castelo Branco empossado presidente, Roberto Campos<sup>9</sup> assumiu o Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica e trouxe para a Pasta a concepção fulcral da necessidade do “desenvolvimento” econômico. Campos defendia que para ocorrer tal crescimento, o financiamento do governo e de entidades privadas norte-americanas era essencial e, para tanto, seria imperioso um planejamento técnico. O Ministério era estratégico dentro da administração Castelo Branco e junto com o Ministério da Fazenda, exerceu papel fundamental no processo de busca de investimentos “em volume adequado ao porte da estrutura produtiva”. O objetivo era superar a crise do capitalismo brasileiro que se arrastava desde 1962, e a solução se baseou na intensificação da exploração do trabalho e na própria concentração de empresas e capitais (MENDONÇA, 2006, p.91-92). Dessa maneira, questões como desenvolvimento, crescimento econômico, planejamento, cooperação técnica e cooperação financeira, permearam todas as iniciativas de Roberto Campos à frente da Pasta.

A questão agrária brasileira era tratada de forma destacada pelo Ministério, tendo sido Campos indicado pelo presidente Castelo Branco para, juntamente com o Ministro da Agricultura, supervisionar o Grupo de Trabalho para Regulamentação do Estatuto da Terra (GRET), composto por vários membros do IPES, e que estabeleceu “os contornos e as fronteiras do que será ou não discutido sobre a questão fundiária pelas elites políticas e empresariais e, posteriormente, pelo Congresso Nacional e pela sociedade” (BRUNO, 1995, p.16).

Ademais, o Ministério do Planejamento contava com um Departamento de Agricultura e teve a preocupação em trazer para os quadros do planejamento do desenvolvimento da economia, “técnicos qualificados, especialistas dos problemas da economia agrária brasileira e representantes das entidades de classe de proprietários e trabalhadores rurais” (ARQUIVO

---

<sup>9</sup> Roberto Campos era conferencista assíduo da Escola Superior de Guerra (ESG), intelectual orgânico do IPES e, após o golpe de 1964, ministro chave da administração Castelo Branco, responsável pelo programa da Aliança para o Progresso.

ROBERTO CAMPOS, *Exposição de Motivos* de 9/9/64). Foram então colocados à disposição do Gabinete de Campos diversos funcionários do Ministério da Agricultura, além de celebrados contratos de prestação de serviço para elaboração de projetos técnicos em parceria com uma série de empresas. Eudes de Souza Leão Pinto<sup>10</sup> era assessor do Gabinete do Ministério do Planejamento e coordenador do setor de agricultura. Para Campos a questão agrária deveria passar pelo planejamento agrícola, sendo de “fundamental importância quer para os objetivos imediatos de contenção inflacionária, quer para o de mais longo prazo, de desenvolvimento harmônico do país”.

A interpretação/leitura que os dirigentes do Ministério fizeram do campo brasileiro era a de que existiam dois tipos de malformação na estrutura agrária: o latifúndio, no qual o uso da terra como fator de produção era muitas vezes desperdiçado e o minifúndio, incapaz de gerar economias de escala. A ênfase maior recaiu sobre as pequenas unidades, onde prevalecia o produtor de baixo nível de instrução; baixa produtividade; demora de adaptação às alterações de mercados; lenta geração de capitais e não incentivo ao investimento privado em proporções substanciais. Como solução defendia-se a

*“necessidade da ação supletiva do Estado, no sentido de encaminhar para o meio rural o capital público e de criar condições favoráveis a um maior investimento privado (...) O Crédito Rural é instrumento essencial nos programas de **aumento da produção e melhoria da produtividade agropecuária**” (ARQUIVO ROBERTO CAMPOS, EM n° 17/64, grifos nossos).*

Diante de tais diretrizes vemos a criação do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP). O CONTAP consistiu em um esforço de sistematizar a obtenção e alocação dos recursos da Aliança, direcionados à assistência técnica. O Conselho era integrado por representantes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Escritório do Ponto IV<sup>11</sup> e da COCAP, sob a presidência do Ministro do

---

<sup>10</sup> Engenheiro agrônomo; professor de Genética Vegetal, da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (Universidade Rural de Pernambuco). Secretário de Estado de Agricultura, Indústria e Comércio no governo Etelvino Lins, desenvolveu o Serviço de Extensão da ANCAR – RN; apoio às Cooperativas e Associações Rurais, expandindo o Crédito Rural. Foi dirigente do Departamento Agrônomo e Assessor Técnico-Científico da Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – SANBRA, incorporada pela Bunge, gigante do agronegócio. Entrou para o Curso da Escola Superior de Guerra e foi eleito Vice-Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), em 1963, e Presidente em 1964. Foi o primeiro Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário – INDA no ano de 1965; Diretor da Companhia Siderúrgica do Nordeste – COSINOR.

<sup>11</sup> O Escritório do Governo Brasileiro para Coordenação do Programa de Assistência Técnica, era conhecido como Escritório Ponto IV. O decreto n° 50.420, de 7 de abril de 1961, estabelece as novas atribuições do escritório, alterando o decreto anterior de 1959, e apresenta as diretrizes de funcionamento do Escritório Ponto IV. O

Planejamento e tendo como Secretário Executivo o Diretor Executivo do Escritório do Ponto IV.

Segundo estudo feito pelo Escritório Ponto IV a maior parte da assistência técnica dos Estados Unidos foi destinada ao treinamento de pessoal. Algumas fontes do governo brasileiro procuraram justificar e abrandar a participação/intromissão estadunidense. Existiam muitos projetos de assistência técnica direta a serviços públicos brasileiros, concentrados nas áreas de agricultura, saúde, administração e recursos naturais. Os relatórios da COCAP informavam que consultores e peritos norte-americanos “experimentados” trabalhavam em “colaboração” com os técnicos brasileiros, porém, “em período temporário”. Os técnicos brasileiros, ao fim desse “curto” período, “assimilavam o que de novo foi trazido ao país”. Muitos projetos envolviam também o envio de técnicos brasileiros para especialização em escolas e serviços nos Estados Unidos, além da doação de livros, publicações, e equipamentos de pesquisa tecnológica (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ... 1966, p.140).

Além disso, havia projetos de cooperação técnica entre universidades norte-americanas e escolas e universidades brasileiras que envolviam a manutenção, por vários anos, de uma missão de professores estadunidenses para “cooperar” com docentes brasileiros. Ademais, tal cooperação abrangia o envio, durante a década de 1960, de professores brasileiros para realizar estágio ou estudos em universidades norte-americanas; a “orientação” e ajuda financeira da *United States Agency for International Development (USAID)* na aquisição de livros e na organização de bibliotecas de universidades brasileiras; tradução de livros e produção de apostilas ou publicação de material didático em geral e a organização e realização de pesquisas (*Idem*).

A pós-graduação aparece com destaque nos acordos Brasil/EUA no âmbito da Aliança para o Progresso. O princípio defendido era o do “treinamento e aperfeiçoamento” em universidades estadunidenses de professores e técnicos brasileiros de nível superior que trabalhassem em empresas privadas ou no serviço público. Alguns exemplos das instituições que participavam dessa cooperação foram: Fundação Getúlio Vargas (Escola de Administração de Empresas)/Universidade de Michigan; Escola Agrícola de Viçosa/ Universidade de Purdue;

---

Escritório era composto por um representante do governo brasileiro junto às autoridades norte-americanas de cooperação técnica, um Conselho Consultivo e um Diretor Executivo.

Escola Agrícola de Piracicaba/Universidade de Ohio e Universidade Federal do Ceará/Universidade da Califórnia (Projeto Azimov).<sup>12</sup>

De acordo com relatório da COCAP de 1966 o governo dos Estados Unidos investiu nos programas de assistência técnica, entre 1942 e 1965, o valor total de US\$ 113 milhões, dos quais US\$ 70 milhões após o lançamento da Aliança para o Progresso (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1966, p.141). Não nos interessa analisar em nossa pesquisa o montante de valores empregados nos programas de cooperação técnica estadunidenses para o campo, mas, sim, observar a natureza desses projetos, suas áreas de atuação, sua dinâmica da implementação, com o objetivo de corroborar nossa hipótese sobre a utilização da Aliança para o Progresso como estratégia de difusão do paradigma de modernização norte-americano junto ao mundo rural brasileiro.

Os requisitos para a obtenção de recursos no âmbito do programa estadunidense eram i) a exigência de planos, programas e projetos “tecnicamente” elaborados e ii) a realização de reformas sociais “indispensáveis”, com destaque para as reformas agrária, educacional e tributária (BRASIL, 1964, p.3). Dessa forma, entrou na ordem do dia da administração pública brasileira a questão do planejamento “técnico”, e podemos verificar várias políticas públicas impetradas pelo estado restrito que envolveram serviços dos chamados “escritórios técnicos”.

Dreifuss mostra em suas pesquisas que, no governo de Juscelino Kubistchek, surgiu a assim chamada “administração paralela”, baseada na formação de anéis burocrático-empresariais:

*... ampla gama de organismos de planejamento e consultoria e comissões de trabalho, os Grupos Executivos. Composta por diretores de empresas privadas e empresários, oficiais militares, com “qualificação técnica e profissional”, rivalizando e ampliando seu espaço no lugar da burocracia populista, nas formulações das diretrizes... Eles aplicaram a racionalidade capitalista da empresa privada às soluções dos problemas socioeconômicos nacionais... uma abordagem empresarial para os problemas de desenvolvimento e a colocação propriamente dita de tais problemas em termos capitalistas... (DEIFUSS, 1981, p.73)*

---

<sup>12</sup> O Projeto Morris Asimov foi implantado na região do Cariri, em decorrência de um acordo entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade da Califórnia (UCLA), em 1961, patrocinado pela USAID. Em parceria com a UCLA a UFC criou, em 1962, Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial (PUDINE), com o qual montou uma equipe técnica de agrônomos, economistas, administradores, engenheiros, sociólogos, etc., com o objetivo de levantar as vocações industriais da região. Foram então formuladas empresas ligadas ao Projeto Asimov: Cecasa - Cerâmica do Cariri S.A. (em Barbalha, a mais longa do Projeto); IMOCASA - Indústria de Moagem do Cariri S.A. (em Crato, indústria de moagem de milho); CIMASA - Companhia Industrial de Mandioca S.A. (em Crato, indústria de farinha e polvilhos de mandioca); IESA - Indústria Eletromáquina S.A. (em Juazeiro do Norte, indústria de rádios e motores); LUNASA - Luna S.A. (em Juazeiro do Norte, fábrica de calçados de couro e artefatos). Disponível em <http://juazeiroanos60.blogspot.com.br/2012/02/juazeiro-fabricava-radio-nos-anos-60.html>, consulta realizada em 06/12/2016.

Após o golpe de 1964, com a “burocracia populista” destituída do poder, essa *intelligentsia* técnica passa a ocupar posições chave na sociedade política. Assim, o poder de classe era inscrito na materialidade do Estado restrito sob o manto da “racionalidade técnica”, legitimado por grupos executivos e por escritórios de consultoria “tecno-empresariais” (*Idem*, p.76).

Esses escritórios de consultoria – de cunho eminentemente técnico - surgiram na administração JK, paralelamente às agências estatais, como uma decorrência da consciência empresarial da necessidade de planejamento, de perícia técnica e de administração “eficiente”. Na gestão Castelo Branco esses escritórios técnicos proliferaram e passaram a participar ativamente do processo de formulação das diretrizes das políticas do Estado brasileiro.

Em março de 1965 foi criado o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (FINEP), sendo o Ministro do Planejamento o presidente da junta deliberativa do Fundo<sup>13</sup>. Na Exposição de Motivos da criação do FINEP, Roberto Campos demonstrou preocupação com a alocação dos recursos externos destinados ao “desenvolvimento” econômico. Campos justificou que haveria “substancial fonte de recursos colocados por entidades internacionais à disposição do país, para financiar o seu desenvolvimento econômico” E dessa forma argumentou sobre a necessidade de capacitar empresas privadas e órgãos do poder público para a “boa aplicação dos recursos em projetos técnica, econômica e financeiramente bem estruturados”.

Constitui, assim, tarefa urgente do governo a de orientar esse esforço de desenvolvimento econômico, ajudando os empresários e as entidades governamentais a elaborarem projetos de criação ou expansão de empreendimentos dentro da boa técnica e adequadamente orientados. Só assim será possível habilitar o país à conveniente utilização de novos recursos ... O Ministro do Planejamento (...) sugere a criação de um fundo meramente contábil, destinado a fornecer recursos para a elaboração de projetos e estudos de exequibilidade de programas (RC p m 1964.05.08, EM 29 de 26/02/1965).

---

<sup>13</sup> “§ 1º O Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica será o Presidente da Junta, com direito a voto em todas as resoluções desta, cabendo-lhe ainda a representação ativa e passiva do FINEP, celebrando os atos e contratos de seu interesse e movimentando os recursos dentro das diretrizes traçadas pela Junta” (DECRETO Nº 55.820, 8 de março de 1965).

O FINEP era operado pelo então BNDE e destinou-se a financiar estudos e programas necessários à definição dos projetos de “modernização” e industrialização, contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da USAID. Seu primeiro presidente foi o engenheiro Francisco Manoel de Mello Franco. As empresas privadas e entidades públicas que pretendiam obter financiamento para elaboração de projetos e programas, dirigiam seus pedidos a um Escritório instituído no Gabinete do Ministro do Planejamento, esclarecendo devidamente as características do estudo, sua provável dimensão, o custo de elaboração do estudo inicial ou do projeto definitivo. O FINEP examinava a viabilidade do projeto, podendo deferir o pedido, para um estudo inicial, ou para o projeto definitivo.

Somente em 1966, o Banco Central da República do Brasil foi autorizado pela Presidência da República, a negociar e contratar operação de empréstimo em moeda estrangeira, em nome do Tesouro Nacional, montante de US\$ 16 milhões de dólares, mais juros com a USAID. Este total seria destinado ao financiamento da assistência técnica e à elaboração de estudos de projetos e programas necessários a investimentos a serem executados através do FINEP (RC p m 1964.05.08, EM 67 de 20.04.66).

Ao final de 1966 existiam cento e oitenta e três escritórios técnicos privados cadastrados junto ao FINEP, dentre eles vinte e cinco com sede nos Estados Unidos, além de outros que, através dos nomes do escritório ou de seus diretores, evidenciam ter também raízes norte-americanas, porém com filiais no Brasil (Firmas de Consultoria Técnica Credenciadas no FINEP, dezembro de 1966” (RC pm 66.07.04, pasta 3).

A Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC) era um desses escritórios que celebravam contratos com a administração pública através do FINEP. Considerado por Dreifuss como o mais importante e bem-sucedido escritório técnico e um anel burocrático-empresarial em si mesmo, tinha como membros importantes figuras como Roberto Campos e José Luiz Bulhões Pedreira, este último coordenador da COCAP.

Podemos então identificar que, parte das verbas da Aliança para o Progresso destinadas à assistência ao “desenvolvimento” do Brasil, eram alocadas em “escritórios técnicos” que elaborariam os projetos “adequadamente técnicos” a serem entregues à USAID para, então, solicitar os recursos do programa, ou seja, trata-se de empréstimos duplos. Membros e sócios desses escritórios ocupavam posição diretiva dentro de órgãos governamentais diretamente

envolvidos com a Aliança para o Progresso, o que demonstra o Estado ampliado perpetrando políticas públicas do interesse direto da classe dominante.

A implantação do programa estadunidense ensejou no Brasil a criação de uma série de agências e políticas. Estiveram à frente desse planejamento intelectuais orgânicos representando o interesse de frações da classe dominante, que usaram como combustível a institucionalização do desenvolvimento no estado restrito e a difusão desse mote como única alternativa a todas as mazelas sociais e econômicas do país.

#### Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: Julho de 2016.

Arquivo Roberto Campos, FGV/CPDOC, RC.

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA, *Aliança para o Progresso: conceitos, objetivos, estrutura, realizações no Brasil*, Segunda Edição, outubro de 1964.

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA, *Aliança para o Progresso: conceitos, objetivos, estrutura, realizações no Brasil*, janeiro de 1966.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: Entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, novembro de 1995.

Carta de Punta del Este. *Apud* DREIER, John C. (org.). *A Aliança para o progresso: problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962, p. 167-186.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Internacional Capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

GONÇALVES, Martina Spohr. *American way of business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, PPGHS/UFRJ, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

\_\_\_\_\_. O ETA em Marcha: Guerra Fria e Educação Rural no Brasil (1950-60). *Anais Eletrônicos do Congresso Latinoamericano de História Económica y 4ta Jornadas Uruguayas de História Económica*. Montevideo, dezembro, 2007.

\_\_\_\_\_. As Políticas de Educação Rural do Ministério da Agricultura (1945-1961). *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação da Sociedade Brasileira de História da Educação*. Aracajú, 2008.

\_\_\_\_\_. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010.

\_\_\_\_\_. *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1920-1961)*. Niterói: EdUFF, 2010b.

\_\_\_\_\_. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014.

\_\_\_\_\_. *Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30 (1930-1945)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. Campinas: Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SILVA, Flávio J. R. da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. *Revista Pegada*, vol.17, n.2, dezembro de 2016.



SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA (SNA). *Da monocultura ao agrobusiness: a história da Sociedade Nacional da Agricultura*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.